



Reforma agrária sob a perspectiva do desenvolvimento territorial: a influência das raízes históricas e culturais sobre a inserção socioeconómica dos assentamentos

Gabriela Maria Leme Trivellato^{1*}
 Paulo Moruzzi Marques²

Resumo: Este artigo objetivou analisar em que medida o sucesso dos assentamentos da reforma agrária, em termos de inserção econômica e social, vincula-se ao desenvolvimento territorial. Trata-se de reconhecer que os assentados seriam bem-vistos/aceitos naquelas localidades que valorizam o papel que eles podem desempenhar, sobretudo quanto à produção de alimentos e à preservação ambiental. Nesta concepção, a história e a cultura dos espaços nos quais são criados os assentamentos teriam forte influência na reprodução socioeconómica das famílias assentadas. Logo, localidades que identificassem nos assentamentos possíveis contribuições ao desenvolvimento territorial seriam aquelas nas quais os assentamentos teriam maiores perspectivas de sucesso. A análise desenvolvida neste artigo ancorou-se nos conceitos de: multifuncionalidade da agricultura e novas ruralidades, da Sociologia Rural, e; verticalidades, horizontalidades e intencionalidades, da Geografia Humana. Este artigo teve como ponto de partida e inspiração o trabalho Os Assentamentos de Reforma Agrária: Reconfiguração Territorial e Repovoamento Rural no RS, de Aline Weber Sulzbacher.

Palavras-chave: Assentamentos da reforma agrária; Desenvolvimento territorial; Reprodução socioeconómica das famílias assentadas; Multifuncionalidade da agricultura.

Land reform from the perspective of territorial development: the influence of historical and cultural roots on the socioeconomic integration of settlements

Abstract: This article aimed to analyze how the success of agrarian reform settlements, in terms of economic and social inclusion, is linked to territorial development. It recognizes that settlers would be well-regarded/accepted in those localities that value the role they can play, especially regarding food production and environmental preservation. In this conception, the history and culture of the spaces where the settlements are created would have a strong influence on the socioeconomic reproduction of the settled families. Therefore, localities that identify potential contributions to territorial development in the settlements would be those in which the settlements would have greater prospects for success. The analysis developed in this article was anchored in the concepts of: multifunctionality of agriculture and new ruralities, from Rural Sociology; and verticalities, horizontalities, and intentionalities, from Human Geography. This article took as its starting point and inspiration the work "Agrarian Reform Settlements: Territorial Reconfiguration and Rural Repopulation in RS", by Aline Weber Sulzbacher.

Keywords: Agrarian reform settlements; Territorial development; Socioeconomic reproduction of settled families; Multifunctionality of agriculture.

¹Grupo de Pesquisa em Agriculturas Emergentes e Alternativas (AGREMAL), Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ/USP), Brasil *Autora correspondente: gabriela.mltrivellato@outlook.com

²Centro de Energia Nuclear na Agricultura da Universidade de São Paulo (CENA/USP).

Introdução

Segundo Malmann e Bolter (2015, p. 157), a reforma agrária consiste numa das “mais significativas políticas de intervenção” com foco em reduzir as “desigualdades sociais no meio rural brasileiro”. Para eles, associa-se fortemente à compreensão de que “o rural não se restringe apenas a um espaço de produção e sim de vida”. Esta compreensão acerca da reforma agrária insere-se no estudo das “novas ruralidades”.

O reconhecimento das diferentes atividades desenvolvidas no âmbito das novas ruralidades brasileiras mescla-se ao conceito de multifuncionalidade da agricultura (MFA). Reconhece-se que a noção de MFA pode “oferecer soluções para a sustentabilidade ambiental, econômica e social dos territórios” (TRIVELLATO, 2025, p. 14). Por esta razão, este artigo procurou retomar este conceito, utilizando-o como perspectiva analítica, bem como aquele relativo ao reconhecimento das novas ruralidades, as quais foram temas de intenso debate no início dos anos 2000.

Amparado nestes conceitos, este artigo se propõe a discutir em que medida o sucesso dos assentamentos da reforma agrária vincula-se ao papel que conseguem desempenhar nas localidades em termos de fomento ao desenvolvimento territorial.

A primeira seção deste artigo dedica-se a analisar as características deste novo rural brasileiro e definir o conceito de multifuncionalidade da agricultura. Trata-se de reconhecer que: 1. o rural não é somente um espaço vinculado à produção, mas também um lugar de vida, reprodução cultural³ e socialização, e; 2. a agricultura desempenha diferentes papéis nos territórios, dentre eles, assegurar a reprodução socioeconômica das famílias rurais. Neste estudo, o favorecimento dos papéis associados à MFA será considerado indicativo de sucesso na implementação dos assentamentos da reforma agrária, especialmente aquele relativo à inserção das famílias nas dinâmicas sociais e econômicas dos territórios em que se encontram.

A segunda seção deste artigo procura definir o conceito de território e as noções a ele associadas, especialmente as verticalidades, horizontalidade e intencionalidades, definidas pelo geógrafo Milton Santos (1978; 1988; 2000; 2002; 2006). Nesta seção, foi levado em consideração o estudo de Luciano Candiotti (2009), no que se refere à interpretação destes conceitos no âmbito do desenvolvimento territorial. Para o entendimento das noções de desenvolvimento local, territorial e os fatores que contribuem para a eficácia na implementação de projetos desta ordem, tomou-se como referência o trabalho de Célio Haverroth e José Geraldo Wizniewsky (2016). Para interpretação do

³ A “reprodução social e cultural dos produtores familiares se constitui em um processo dinâmico que se dá em meio às transformações, adaptações, mudanças e permanências, as quais são viabilizadas pelas estratégias geradas por esses indivíduos” (MESQUITA; MENDES, 2012, p. 17-18).

desenvolvimento territorial sob a perspectiva da sociologia rural, foram consideradas as interpretações de Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2000).

A terceira seção deste artigo centrou-se na análise do estudo *Os Assentamentos de Reforma Agrária: Reconfiguração Territorial e Repovoamento Rural no RS* (SULZBACHER, 2015a). A relevância deste trabalho em particular justifica-se por apresentar as características históricas, sociais e culturais das regiões estudadas (Metades Norte e Sul do estado do Rio Grande do Sul) como fator decisivo da inserção socioeconômica dos assentamentos nas dinâmicas locais. De fato, em grande medida, este estudo levou em consideração as especificidades regionais para explicar o sucesso (ou insucesso) dos assentamentos em cada uma das regiões analisadas, em termos de reprodução socioeconômica das famílias assentadas. Esta seção também levou em consideração os estudos de Malmann e Bolter (2015) e Balem e Silveira (2015) e as interpretações de Melgarejo (2000), no que tange à adaptação das famílias assentadas no contexto do Rio Grande do Sul.

Com efeito, convém finalizar esta Introdução com uma diferenciação entre a Geografia Humana e a Sociologia, uma vez que este artigo considerou autores destas áreas para estudar o desenvolvimento territorial. Tomou-se por referência o texto *Teoria Social e Geografia Humana* (SILVA, 2023), fundado nas definições de Pierre George (1969) sobre os “vínculos temáticos e as distinções metodológicas entre os trabalhos dos geógrafos e dos sociólogos” (SILVA, 2023, p. 87).

Na concepção de Pierre George (1969, p. 22 *apud* SILVA, 2023 p. 87), “a geografia humana participa do estudo do fenômeno social, estabelecendo os limites, a extensão, e colocando-o em contexto natural, econômico, político”. Para ele, numa análise “das relações respectivas da sociologia e da geografia, a sociologia situa-se exatamente no plano vertical, seu objeto é a totalidade social, a sociedade global”. A geografia, por sua vez, “situa-se no plano horizontal, seu objeto é o espaço ocupado por um tipo de sociedade global ou um conjunto de relações sociais” (*Ibidem*).

Novas ruralidades e multifuncionalidade da agricultura

Desde a década de 90, “a literatura vem documentando elementos de mudança no rural brasileiro” (GUIMARÃES *et al.*, 2015, p. 139). Haveria quatro elementos característicos desta nova “organização do trabalho das famílias rurais”: 1. “a redução do número de famílias envolvidas com a agricultura”; 2. “a emergência de atividades não agrícolas no espaço rural”; 3. “a presença da agricultura de tempo parcial”, e; 4. a pluriatividade. No contexto deste “novo rural”, aquelas “atividades como turismo, indústria, comércio e serviços surgem com crescente importância na ocupação da força de trabalho disponível” (*Ibidem*).

As discussões a respeito do novo rural brasileiro ganharam proeminência no início dos anos 2000 com os estudos de Clayton Campanhola e José Graziano da Silva (2004, 2000a, 2000b). Conforme Graziano da Silva (2002, p. 10), “o meio rural brasileiro já não pode ser analisado apenas como o conjunto de atividades agropecuárias e industriais, pois ganhou novas funções”. À época destes estudos, já se verificava a conformação de “um novo ator social [...] nesse novo rural”, caracterizado por “famílias pluriativas⁴ que combinam atividades agrícola e não-agrícolas”.

Para o autor, “a característica fundamental dos membros dessas famílias é que eles não são mais apenas agricultores e/ou pecuaristas”. Muitos não poderiam mais ser considerados produtores familiares, na medida em que a maior parte dos membros da família encontrava-se “ocupada em outras atividades não-agrícolas e/ou urbanas”. Estes indivíduos estariam ocupados em “atividades dentro e fora de seu estabelecimento”, relacionadas aos “ramos tradicionais urbano-industriais” ou a atividades emergentes no meio rural, vinculadas ao “lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais”.

Num estudo recente sobre as transformações do meio rural, Mota (2024, p. 32) refere-se a este mesmo trecho de Graziano da Silva para explicar que a população residente no meio rural tem reduzido “suas características agrícolas, transformando-se em empregados assalariados (ou não) que exercem um misto de atividades agrícolas e não agrícolas”. Para desenvolver esta análise, a autora utiliza o seguinte trecho de Hespanhol (2013), o qual detalha estes novos serviços que ocupam a população rural:

Nas áreas rurais e periurbanas mais próximas aos grandes centros urbanos, parte dos citadinos de maior poder aquisitivo demandam uma maior aproximação com a ‘natureza’ e o mundo rural. Nessas áreas passaram a ser desenvolvidas atividades e ocupações que não necessariamente estão vinculadas à produção agropecuária, como o turismo realizado no espaço rural (chácaras de lazer, pesque-pague, spas etc.), moradias secundárias para a classe média urbana, ocupações ligadas à prestação de serviços (como jardineiro, caseiros etc.), entre outras atividades (HESPANHOL, 2013, p. 110).

Para Guimarães, Osorio Filho e Teixeira (2015, p. 320), “dentro do paradigma da sustentabilidade, preconiza-se a necessidade de o rural permanecer e reproduzir-se no transcorrer dos tempos”. Isto teria suscitado “a inclusão de novas atividades e significados para além do trabalho marcado pela racionalidade econômica, nas pautas de discussão e ações dos agentes de desenvolvimento rural”.

⁴Ao final desta seção, será feita uma distinção entre os termos pluriatividades e atividades para-agrícolas.

Neste contexto, os autores apontam um processo de revisão da “noção de espaço rural” associado à emergência de “uma série de novos questionamentos”, dentre eles: “O que é rural? Quais as conexões do espaço rural com o urbano? Quais são de fato as atividades típicas do rural? A partir de novas funções definidas pelo rural, como promover seu desenvolvimento?”. Para estes autores, “estas e outras indagações quando refletidas e confrontadas com a realidade, levaram à constatação da existência de um Novo Rural Brasileiro”. Este novo rural estaria “marcado por um conjunto de novas dinâmicas produtivas, arranjos institucionais e atores sociais” (*Ibidem*).

Dentro deste contexto, emerge a importância dos estudos relativos à noção de multifuncionalidade da agricultura (MFA). Segundo Cazella, Bonnal e Maluf (2009), esta conceituação ressignifica o papel da agricultura, na medida em que reconhece a importância de considerar nas análises não somente as questões produtivas, mas a relação das famílias rurais com o território que habitam. Trata-se, portanto, de lançar um olhar sobre fatores além daqueles comumente considerados nas análises econômicas, ou seja, para aquelas “funções não diretamente produtivas da agricultura” (CARNEIRO; MALUF, 2005, p. 56). Com isso, a MFA “promove um recorte analítico que favorece uma percepção holística (e não setorial) da sociedade”. Neste sentido, coloca em destaque aquelas “atividades e relações sociais que, até então, estavam à margem das análises econômicas e das lentes dos formuladores de políticas públicas” (*Ibidem*).

Para Benedetti e Dallabrida (2016, p. 150-151), a MFA não consiste num “modelo a ser construído”, mas numa realidade presente nas “unidades familiares de produção agrícola”.

Por sua vez, Cazella, Bonnal e Maluf (2009, p. 39) explicam que, sob a perspectiva da MFA, as análises no campo do desenvolvimento territorial devem consistir no levantamento de “um inventário dos recursos locais [...] realizado com imaginação, capaz de transformar aspectos negativos em novos projetos de desenvolvimento”. Neste sentido, defendem que o desenvolvimento territorial se associa a um processo no qual os “valores simbólicos [passam] a desempenhar um papel de recursos socioeconômicos”.

Maria José Carneiro e Renato Maluf (2003, p. 22) são autores de destaque neste campo de estudo ao terem identificado “quatro dimensões principais abrangidas pelo enfoque” da MFA, sendo elas: “a) dinâmica de reprodução das famílias e comunidades rurais; b) características técnico-produtivas e sustentabilidade da atividade agrícola; c) questões de identidade, integração social e legitimidade relativas às famílias rurais; d) relações com o território e com a natureza”.

A partir destas dimensões, propuseram quatro principais papéis da MFA na realidade rural brasileira: a) reprodução socioeconômica das famílias rurais; b)

promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade⁵; c) manutenção do tecido social e cultural; d) preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

O primeiro papel, relativo à “reprodução socioeconômica” refere-se à geração de trabalho e renda que permita às famílias rurais manterem-se em condições dignas. Nas palavras destes autores, nesta função, consideram-se “as fontes geradoras de ocupação e de renda para os membros das famílias, as condições de permanência no campo, as práticas de sociabilidade, as condições de instalação dos jovens e as questões relativas à sucessão do chefe da unidade produtiva” (*Ibidem*).

Na função “Promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais” refere-se à disponibilidade, acesso e qualidade dos alimentos. Leva-se em consideração: “[...] a produção para o autoconsumo⁶ familiar”; “a produção mercantil de alimentos”; “as opções técnico-produtivas dos agricultores e os canais principais de comercialização da produção” (*Ibidem*).

A função associada à “Manutenção do tecido social e cultural” consiste em entender a agricultura enquanto fator que define a identidade social das famílias rurais brasileiras. Logo, a inserção social das famílias estaria diretamente vinculada à condição de agricultor. Segundo Carneiro e Maluf (2003, p. 22), “esse campo se refere à preservação e ao melhoramento das condições de vida das comunidades rurais, levando em conta os processos de elaboração e legitimação de identidades sociais e de promoção de integração social”.

No âmbito da “Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural”, são levados em conta os efeitos da agricultura sobre a paisagem rural e o patrimônio natural. Esta função utiliza como referência, portanto, “o uso dos recursos naturais, as relações entre as atividades econômicas e a paisagem, e a preservação da biodiversidade” (CARNEIRO; MALUF, 2003, p. 22). Particularmente, deve-se considerar que estes fatores são essenciais para a reprodução das famílias rurais, “uma vez que os agricultores dependem do espaço rural e de seus recursos para produzir” (TRIVELLATO, 2025, p. 32).

Conforme Eric Sabourin (2005, p. 1), o conceito de MFA foi tratado pela primeira vez “na agenda internacional com a Declaração do Rio de Janeiro sobre o desenvolvimento sustentável”, lançada durante a Conferência das Nações Unidas sobre meio Ambiente e Desenvolvimento – Eco 92, no Brasil”. A partir deste marco, a ideia de multifuncionalidade representou o interesse da sociedade em reconhecer aquelas “funções sociais, ambientais, econômicas ou culturais, não diretamente produtivas ou não mercantis, associadas à atividade agropecuária”. Para Catherine Laurent (1999), a multifuncionalidade define-

⁵Interessante frisar neste ponto que a utilização de alimentos regionais é defendida pelo Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN, 2017).

⁶A questão da produção para autoconsumo nos assentamentos rurais será discutida na terceira seção.

se pelo conjunto de contribuições da agricultura para um desenvolvimento econômico e social considerado na sua globalidade.

A noção de multifuncionalidade da agricultura teve uma aplicação política na Europa, no final dos anos 1990, confrontando-se “às práticas e políticas voltadas à produtividade e ao crescimento econômico” (BENEDETTI; DALLABRIDA, 2016, p. 150). De fato, “o modelo de crescimento adotado e fomentado pela Comunidade Econômica Europeia, no período pós Segunda Guerra Mundial” teria provocado “o esvaziamento de algumas áreas rurais, o desgaste dos recursos naturais, o aumento da produção e o alto custo, com medidas de apoio à agricultura modernizada”. Esse contexto teria motivado o desenvolvimento do conceito de multifuncionalidade “na Europa na década de 1990, sendo a França o país que encaminhou os primeiros dispositivos institucionais para fomentá-la”.

Na França, o reconhecimento da MFA visou: 1. assegurar a segurança alimentar; 2. promover a diversificação das atividades relacionadas à agricultura (tais como agroturismo e beneficiamento da produção), e; 3. favorecer a proteção ambiental e a preservação das paisagens rurais (CIRAD, 2002). Tinha-se como foco a incentivar a manutenção de vínculos sociais, bem como a criação de uma identidade cultural centrada na valorização da agricultura, com destaque para a artesanalidade, para a produção de alimentos saudáveis e para os vínculos com a natureza (ROUX; FOURNELL, 2003).

A partir disso, concebia-se que o reconhecimento da multifuncionalidade da produção familiar teria importante papel para a valorização da paisagem e para a melhoria da renda dos agricultores. Ao mesmo tempo, os consumidores encontrariam nos espaços rurais alimentos saudáveis, em alternativa àqueles convencionais. Com efeito, a introdução da multifuncionalidade nas propriedades familiares rurais francesas tinha consequência a reorganização espacial da paisagem, enquanto, em diversos casos, representava uma fonte de renda adicional para os agricultores, pois integrava atividades agrícolas e não-agrícolas.

Neste tocante, faz-se necessário diferenciar MFA dos conceitos de pluriatividades e atividades para-agrícolas. Para Lacerda e Moruzzi Marques (2008, p. 154), pluriatividade limita-se à “atividade agrícola em tempo parcial associada, sobretudo, ao assalariamento em circunstâncias nas quais existam dinâmicos mercados de trabalho industrial ou de serviços”. Neste sentido, as pluriatividades teriam como consequência o afastamento dos agricultores da atividade produtiva.

As “atividades para-agrícolas”, por sua vez, conforme Lacerda e Moruzzi Marques (2008) e Roux e Fournel (2003), favoreceriam o cumprimento dos diferentes papéis da agricultura porque promoveria a sua valorização e a

permanência dos agricultores em suas propriedades (diferentemente das pluriatividades, que levariam os agricultores a desempenhar outras atividades vinculadas aos espaços urbanos). Os autores definem como atividades para-agrícolas aquelas relativas à agroindústria, ao turismo rural ou à preservação ambiental, desde que realizadas na unidade familiar de produção.

A partir da diferenciação destes dois conceitos, entende-se que existem aquelas atividades não-agrícolas que podem promover a valorização da agricultura, bem como encorajar a permanência dos agricultores em suas propriedades. Presentes nestes espaços, os agricultores seriam responsáveis por zelar pela preservação dos recursos naturais, pela heterogeneidade da paisagem, pela manutenção do tecido social e cultural.

Além disso, o reconhecimento, no âmbito de discussão das novas ruralidades, daquelas funções não meramente produtivas ou econômicas da agricultura, permite reconhecer os assentamentos rurais não somente como espaços de produção agrícola – embora ela venha a ser a peça fundamental para a reprodução socioeconómicas -, mas de vida. Ao permanecerem nestes espaços, os assentados não somente produzem com finalidades econômicas, mas podem contribuir para a produção de alimentos saudáveis para suas famílias e para a sociedade e para a preservação dos espaços naturais e da paisagem local.

Os assentamentos são, portanto, tal como no caso dos agricultores familiares, espaços nos quais os indivíduos constituem as suas redes de relacionamento e sociabilidade. Estas questões serão tratadas na seção seguinte. A inserção socioeconómica e/ou aceitação dos assentamentos junto às comunidades locais (município, região) será tratada na terceira seção.

Territórios, desenvolvimento e intencionalidades

Maria de Nazareth Baudel Wanderley baseou-se na abordagem LEADER⁷ – “*Liaisons Entre Actions de Développement de l’Économie Rurale*” – para defender que as regiões rurais possuem um rico patrimônio e forte identidade cultural. São repletas de histórias e “tradições, forjadas pelo trabalho de gerações de homens e de mulheres” (WANDERLEY, 2000, p. 113). Neste sentido, a cultura local seria “[...] fonte de atividades, de orgulho e de bem-estar”, podendo constituir um grande “trunfo para o desenvolvimento”.

Dimensão importante do desenvolvimento territorial é, por conseguinte, a valorização do patrimônio natural e cultural de cada localidade. [...]

⁷A LEADER (Ligações entre as Ações de Desenvolvimento da Economia Rural) consiste numa “iniciativa pioneira da União Europeia para apoiar o desenvolvimento rural”, lançada em 1991. “Baseada em sete princípios-chave”, dentre os quais “o empoderamento local, a inovação e a integração multisectorial”, a LEADER “tornou-se um pilar fundamental da política rural participativa e sustentável na Europa” (AEIDL, 2025, n.p., tradução nossa).

sua adoção ou reprodução devem ser estimuladas pelos programas de desenvolvimento [...]. Mediante esta valorização, será possível reafirmar uma identidade local que, longe de significar o reforço de particularismos xenófobos, pode constituir um alicerce sólido para a construção de um projeto local de vida social (WANDERLEY, 2000, p. 117, grifo nosso).

Segundo a autora, “[...] o que parece inovador nesta abordagem do desenvolvimento é o fato de que os recursos naturais e culturais locais são agora explicitamente percebidos como fatores que podem favorecer o desenvolvimento local, inclusive em sua dimensão econômica”. Isto porque estes recursos apresentam-se “como fonte de emprego e de renda para parte significativa da população” (IBIDEM, p. 116-117).

A valorização da dimensão cultural dos territórios associa-se ao entendimento de Sulzbacher (2015a, p. 134) sobre o assentamento enquanto “local de encontro”.

[...] o lugar do assentamento passou a ser um local de encontro, ao modo proposto por Massey (2000, p. 184): ‘o que dá a um lugar sua especificidade não é uma história longa e internalizada, mas o fato de que ele se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num *locus* particular’. [...] O assentamento constituiu-se enquanto um lugar de encontro de diferentes trajetórias em processo de ressignificação, de redefinição dos projetos de vida e, inclusive, do *de vir*⁸ do assentamento. Esse foi um encontro dos diferentes, que compartilham a particularidade de serem sujeitos políticos sem-terra (mas, ainda assim, cada qual singular), em um local diferente a ser transformado em lugar – material para a objetivação de projetos de vida. (SULZBACHER, 2015a, p. 134, grifos do original).

Nos mesmos termos que Sulzbacher (2015a) - relativa ao assentamento como local em que as pessoas vivem -, Wanderley utilizou-se das definições de Edgar Pisani (1994) para explicar que o reconhecimento da riqueza cultural dos espaços rurais deveria reorientar políticas no sentido de que estas não tivessem como objetivo central somente o aumento da produtividade agrícola: “a prioridade não está mais no desenvolvimento da produção, na intensificação, mas em um território e uma sociedade que devem imperiosamente viver tanto quanto produzir” (Pisani, 1994, p. 11 *apud* Wanderley, 2000, p. 116).

Para Wanderley (2000, p. 116), autora da Sociologia Rural, “o território é um espaço delimitado, cujos contornos são recortados por um certo grau de homogeneidade e de integração no que se refere, tanto aos aspectos físicos e às atividades econômicas, quanto à dimensão sociocultural da população local”. Por estas razões, a autora defende que “é, precisamente, o fato de levar

⁸Neste estudo, Sulzbacher (2015a) trata do devir do assentamento como um vir a ser, tornar-se.

em conta a densidade social e cultural que concede aos espaços locais os atributos de um território, do ponto de vista sociológico”.

Para defender este ponto de vista, ela menciona Pierre Pellegrino (1986, p. 154), segundo o qual “a realidade das coisas toma forma em um espaço que não é apenas um espaço materializado, mas também um espaço de realidades econômicas, sociais e políticas”.

Do ponto de vista econômico, a ênfase recai, naturalmente, sobre as atividades que constituem fonte de renda e de emprego da população. Fala-se, neste caso, [...] de áreas rurais com predominância da agricultura, da indústria ou de serviços. Kayser refere-se a um ‘sistema rural localizado’ para indicar as formas ‘como se articulam, em cada ponto do território, as tendências pesadas originadas do funcionamento global da economia e da sociedade com as estratégias e iniciativas dos atores locais’ (Kayser, 1994, p. 113). **O território é também percebido como um espaço de vida de uma sociedade local, que tem uma história, uma dinâmica social interna e redes de integração com o conjunto da sociedade na qual está inserida.** Trata-se, neste caso, de perceber o território como a inscrição espacial da memória coletiva e como uma referência identitária forte (Wanderley, 2000, p. 116-117, grifo nosso).

Célio Haverroth e José Geraldo Wizniewsky (2016, p. 70) explicam que o desenvolvimento local depende, fundamentalmente, do diálogo e do “esforço coletivo dos diversos atores sociais presentes no território”. Funda-se “na descentralização das ações, realizadas nos e pelos municípios e comunidades”. Neste sentido, objetiva-se promover, de forma interdisciplinar: 1. a articulação entre instituições, e; 2. a consolidação de “parcerias criativas entre Estado, municípios e sociedade civil”.

O foco de desenvolvimento territorial, por sua vez, estaria no “combate à pobreza e desigualdades regionais” e na valorização da “diversidade econômica social e política” (*Ibidem*). As limitações para o desenvolvimento territorial, no entanto, estariam centradas em dois elementos principais: 1. a “falta de identidade” entre os municípios de uma determinada região, e; 2. a disputa por recursos entre estes municípios (HAVERROTH; WIZNIEWSKY, 2016, p. 71).

De modo particular, estes autores apontam o caso de sucesso da região do Oeste de estado de Santa Catarina na implementação de programas de desenvolvimento. As raízes para os bons resultados obtidos estariam no papel das associações e cooperativas de produtores em promover a valorização da cultura e dos produtos regionais, bem como a inserção destes produtos no mercado. Trata-se, portanto, do investimento dos municípios envolvidos numa identidade territorial (*Ibidem*).

Em consonância com as definições de Haverroth e Wizniewsky (2016), Wanderley (2000, p. 118) explica que “sob o ângulo político, o território se prolonga para além do próprio espaço local, ao se constituir como a base para a formulação de um projeto de desenvolvimento”.

Trata-se, na verdade, de um movimento que funciona em mão dupla: por um lado, o território ‘é o espaço no qual se elabora e se realiza um projeto coletivo integrado’ (KAYSER, 1994, p. 109); por outro lado, ele é a unidade de intervenção reconhecida pelos poderes públicos. **Um programa de desenvolvimento é, assim, a resultante da convergência, no plano local, das demandas e iniciativas locais e dos grandes projetos nacionais e supranacionais.** Bottazzi (1995, p. 84) reforça esta mesma concepção, ao afirmar que o espaço local é limitado pela ‘autonomia da sociedade’, isto é, ele **consiste na ‘unidade mínima que reage face à política e à economia** (face ao Estado e à troca mercantil’). Ao considerar especificamente os territórios rurais, uma preocupação se impõe: a necessidade de integração entre si e aos polos urbanos locais e regionais (pequenas e médias cidades). **O estímulo à criação de ‘solidariedades supramunicipais’ (JOLLIVET, 1987) deve poder superar as barreiras advindas do isolamento e da dispersão e potencializar os recursos locais** (WANDERLEY, 2000, p. 118, grifo nosso).

No que se refere à importância das características locais para a inserção econômica e social de famílias assentadas, convém mencionar o papel da extensão rural nas localidades. Diesel, Dias e Neumann (2022, p. 7) defendem que as estratégias dos extensionistas devem ser elaboradas a partir da realidade singular de cada território, considerando, portanto, as suas especificidades. Trata-se de uma “customização da extensão rural”, tendo por base o reconhecimento da “heterogeneidade dos espaços sócio-ocupacionais”.

Bernard Pecqueur (2006) aponta que o reconhecimento e manutenção das especificidades locais constituem elementos-chave para o desenvolvimento territorial. Logo, iniciativas desta natureza são vias para a sustentabilidade e inclusão social diante da globalização e de seus processos de homogeneização dos espaços e suas expressões culturais (SANTOS, 1988).

Considerando as particularidades de cada espaço, deve-se frisar as considerações de Cazella, Bonnal e Maluf (2009, p. 39), segundo os quais “as mesmas condições técnicas e financeiras não geram os mesmos efeitos econômicos em termos de desenvolvimento em dois territórios diferentes”. Isto se justifica pelo fato de que os territórios são formados por um “sistema de atores locais”. Logo, constituem-se por uma realidade não somente “geográfica ou física”, mas “humana, social, cultural e histórica”.

[...] o território é uma unidade ativa de desenvolvimento que dispõe de

recursos específicos e não transferíveis de uma região para outra. Trata-se de recursos materiais ou não, a exemplo de um saber-fazer original, em geral, ligado à história local. A consequência disso é que não se pode valorizar esse tipo de recurso noutro lugar (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009, p. 39).

Numa concepção semelhante à destes autores, Courlet, Pecqueur e Soulage (1993) explicam que o território resulta de uma construção social.

No âmbito da Geografia Humana, o conceito de espaço geográfico é definido por Braga (2007, p. 65) como “o resultado contínuo das relações socioespaciais”. Estas relações são de ordem: 1. econômica, o que implica a “relação sociedade-espacó mediatizada pelo trabalho”; 2. política, “relação sociedade-Estado ou entre Estados Nação”, e; 3. simbólica-cultural, “relação sociedade-espacó via linguagem e imaginário”.

A partir do renomado geógrafo Milton Santos (1978), Saquet e Silva (2008, p. 31-32) explicam que “a utilização do território pelo povo cria o espaço”. Neste sentido, o território “representa um dado fixo, delimitado, uma área”. No entanto, não é apenas “uma área delimitada”, mas é “construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo”.

Esta delimitação, por sua vez, pode “mudar historicamente, bem como acontecer uma diversificação das relações sociais num jogo de poder cada vez mais complexo”. Milton Santos teria apontado cinco categorias principais “que devem ser consideradas na análise geográfica do espaço”: “forma, função, estrutura, processo e totalidade”. Nesta perspectiva, o espaço “constitui a categoria principal e auxilia na compreensão do território”. Logo, o espaço “é construído processualmente e contém uma estrutura organizada por formas e funções que podem mudar historicamente em consonância com cada sociedade” (SAQUET; SILVA, 2008, p. 32).

No que se refere à influência das particularidades dos territórios sobre as dinâmicas sociais que ali ocorrem (e vice-versa), as considerações de Colasante (2015) indicam importantes reflexões:

O território está condicionado, sobretudo, a uma organização espacial e temporal mediada por atores sociais que podem atuar de forma individual e/ou coletiva, ocupando determinados pontos no espaço de acordo com suas intencionalidades. Tais pontos são interligados em diferentes escalas e estabelecem relações entre si, resultando em uma dinâmica complexa de redes de circulação e comunicação. Podemos exemplificar através da nossa própria vida cotidiana, que é mediada por práticas sociais que acabam estabelecendo relações entre si no tempo e no espaço. Dessa forma, ao estabelecer a nossa territorialidade estamos também constituindo

nossas ações através de redes, nós e malhas que possibilitam uma maior fluidez no território, incluindo-se aí uma expansão das nossas redes de sociabilidade (COLASANTE, 2015, p. 3, grifo nosso).

No que se refere à conformação dos territórios, Milton Santos (2006, p. 46) aponta que “um incessante processo de entropia desfaz e refaz contornos e conteúdos dos subespaços, a partir das forças dominantes”. Neste aspecto, ele trata do papel das verticalidades⁹ e horizontalidades nos territórios. Para o autor, as áreas agrícolas estão “mais vulneráveis que as cidades” à influência dos vetores verticais (*IBIDEM*, p. 47).

Esse locus do capital hegemônico facilmente difundido é o campo, onde as horizontalidades que se estabelecem têm como base material a ciência, a tecnologia e a informação. A cidade é um lugar que se recusa a essa difusão rápida e fácil do capital novo. O campo é o lugar onde uma certa tipologia de capital, de tecnologia e de organização dá-se de forma espalhada sob certas áreas, redefinindo-as. **A cidade, ao contrário, é o lugar onde se podem associar diversos capitais, e por consequência diversos trabalhos. Isto se deve exatamente ao fato de que a paisagem urbana reúne e associa pedaços de tempo materializados de forma diversa e, desse modo, autoriza comportamentos económicos e sociais diversos** (SANTOS, 2006, p. 47, grifos nossos).

Estas “verticalidades são vetores de uma racionalidade superior”, enquanto as “horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada” (SANTOS, 2006, p. 46).

As segmentações e partições presentes no espaço sugerem, pelo menos, que se admitam dois recortes. De um lado, há **extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as horizontalidades.** De outro lado, há **pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as verticalidades.** O espaço se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparavelmente. É a partir dessas novas subdivisões que devemos pensar novas categorias analíticas (Santos, 2006, p. 192, grifo nosso).

Luciano Candiotto (2009, p. 98) utiliza-se das definições de Milton Santos para explicar que “as horizontalidades correspondem ao contínuo, enquanto as verticalidades são eventos separados no espaço, que asseguram, por meio

⁹Candiotto (2009, p. 98) explica que “como exemplos de verticalidades”, o geógrafo Milton Santos (2006) sugere elementos tais como “o comércio internacional, as demandas da grande indústria, as necessidades de abastecimento metropolitano, e as políticas públicas ditadas nas metrópoles nacionais e estrangeiras”.

de normas rígidas, o funcionamento global da sociedade e da economia".

Neste sentido, as verticalidades "aparecem como vetores da modernidade mais moderna, transportadores de uma racionalidade superior, veículos do discurso pragmático dos setores hegemônicos" (SANTOS, 2006, p. 193 *apud* CANDIOTTO, 2009, p. 98). Estas verticalidades seriam "controladas pelas macroempresas, juntamente com o apoio/subordinação dos Estados".

Essas verticalidades formam um espaço de fluxos, que ordenam o espaço total (SANTOS, 2002). Ao contrário das verticalidades, as horizontalidades carregam diversas temporalidades, e o meio geográfico tem um papel central. 'As horizontalidades serão os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais' (SANTOS, 2002, p. 16). Ocorre, contudo, que as verticalidades penetram nas horizontalidades, de modo que ambas são confrontadas no lugar¹⁰ (CANDIOTTO, 2009, p. 98).

Candiotto (2009, p. 98) explica que "como exemplos de verticalidades", Milton Santos (2006) sugere elementos tais como "o comércio internacional, as demandas da grande indústria, as necessidades de abastecimento metropolitano, e as políticas públicas ditadas nas metrópoles nacionais e estrangeiras".

Estas verticalidades "por serem produzidas em rede, [...] não dependem de um território físico específico para serem criadas". No entanto, elas "somente se manifestam concretamente no espaço geográfico através de sua irradiação nos lugares". Seria, portanto, no "cotidiano dos lugares, no espaço banal"¹¹, que as verticalidades [seriam] incorporadas e até contrapostas pela sociedade local". Por estas razões, Candiotto explica que:

¹⁰Lugar é "o locus da materialização das ações intencionais através dos objetos" (Candiotto, 2009, p.99). Segundo Santos (2006, p. 61 *apud* Lopes, 2012, p. 26), "a ação não se dá sem que haja um objeto; e, quando exercida, acaba por se redefinir como ação e por redefinir o objeto". As formas (ou objetos) e as ações (ou comportamentos) alteram-se e "propõem diferentes organizações" do espaço (Lopes, 2012, p. 26). Tem-se, portanto, que o espaço é o "resultado da relação entre formas e comportamentos". Por estas razões, a análise dos espaços deve considerar "em cada momento histórico o que é mais característico do sistema de objetos e de práticas vigentes" (*Ibidem*). Retoma-se, portanto, a ideia de que "o espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais" (Santos, 2006, p. 71 *apud* Lopes, 2012, p. 26).

¹¹Candiotto (2009, p. 98) explica que o conceito de espaço banal utilizado por Santos é aquele definido por François Perroux (1950). Este economista francês diferenciou "espaço econômico e espaço da geografia", identificando este último como "espaço banal" (Raimundo; Franca, 2023, p. 84). Nesta concepção, "o espaço banal se constitui como oposição ao espaço econômico" (*op cit.*, 2009, p. 98). Também entendido como espaço total, o espaço banal "caracteriza-se por sua extensão continuada, em que os atores são considerados na sua contiguidade". Segundo Santos (2000), "a tendência de difusão da racionalidade hegemônica faz com que o espaço banal seja residual". Por outro lado, o "fortalecimento do espaço banal seria [...] fundamental para a emergência de mudanças profundas na organização da sociedade e do espaço" (*op cit.*, 2009, p. 98).

[Para] Santos (2000, p.113), a ‘**possibilidade de cidadania plena das pessoas depende de soluções a serem buscadas localmente**’. Como contraponto às verticalidades, Milton Santos utiliza o conceito de horizontalidades, referindo-se à contiguidade dos lugares, ao espaço banal. Enquanto as verticalidades se caracterizam pela ação dos atores hegemônicos em redes, e por um tempo único (rápido), nas horizontalidades todos os agentes são implicados, e os respectivos tempos, mais rápidos ou mais vagarosos, são imbricados (CANDIOTTO, 2009, p. 98, grifo nosso).

No que tange às horizontalidades e verticalidades, Malmann e Bolter (2015, p. 158) explicam que os assentamentos de reforma agrária são “espaços caracterizados por intervenções externas”. Ou seja, existe neles “uma trajetória social permeada por processos de intervenção, que por vezes transformam a realidade das famílias assentadas da reforma agrária a viverem com projetos em permanente construção” (*IBIDEM*, p. 169).

Identifica-se que fundamentalmente o Estado, após constituídos os assentamentos, procura condicionar padrões de organização da produção. Lembrando, no entanto, que **cada região do país apresenta uma dada realidade**, pois o projeto do MST também busca se afirmar em relação ao que fazer no assentamento, além da tradicional presença de empresas privadas, que buscam exercer também alguma influência sobre o espaço social que aí se constitui. Sobre este aspecto é necessário destacar que neste período de consolidação do assentamento ocorre, muitas vezes, uma emancipação das famílias na forma de agir, com relação às orientações, tanto do Estado quanto do MST (MALMANN; BOLTER, 2015, p. 162-163, grifo nosso).

Segundo Malmann e Bolter (2015, p. 158), “o meio rural tem sido cenário de grandes transformações em sua dinâmica produtiva e social nas últimas décadas”. Estas transformações, “em maior ou menor escala, [...] são originárias das intervenções mais ou menos planejadas por agentes externos, sejam estes representantes do Estado ou de grandes grupos econômicos agroindustriais”.

Enfatiza-se que os processos de intervenção no meio rural são conduzidos de diversas formas, com diferentes objetivos e por uma grande diversidade de agentes sociais. Cabe reconhecer que nos últimos 60 anos o desenvolvimento do modo de produção capitalista brasileiro, interconectado com a economia internacionalizada, conforme Gonçalves Neto (2007), provocou transformações sociais, econômicas, políticas, tecnológicas e ambientais no meio rural, gerando, por sua vez, graves impactos. Entre os mais significativos destaca-se um elevado grau de pobreza. Em tal contexto, a elaboração e execução de políticas públicas

direcionadas ao agrário e ao agrícola no Brasil são permeadas por disputas entre as forças políticas e sociais que defendem distintas estratégias e interesses (MALMANN; BOLTER, 2025, p. 157).

Em *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*, Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2009, p. 10) explica que, "no Brasil, desde os anos 1950, estava sendo formulado um projeto de sociedade, cujo pressuposto era a necessidade de mudanças no setor agropecuário".

A capitalização do setor agrícola, as transformações tecnológicas dos processos produtivos e as exigências de integração agroindustrial eram objetivos que se impunham para adequar a oferta brasileira, tanto ao seu mercado interno, num momento de expansão da urbanização e da industrialização, quanto às demandas externas. Em consequência, seria também socialmente legítimo o comprometimento do Estado, destinando recursos públicos para estas finalidades. As posições políticas sobre este objetivo se polarizaram entre, de um lado, os que preconizavam uma reforma que alterasse em profundidade a estrutura fundiária, considerada como a origem e fundamento do problema agrário brasileiro e, de outro lado, os que reclamavam o apoio do Estado para as transformações tecnológicas da grande propriedade, sem que isto viesse afetar a concentração da propriedade da terra. Nas condições sociopolíticas do Brasil, um amplo e profundo embate resultou na definição da grande propriedade como o agente privilegiado, senão único, deste processo. Na perspectiva vitoriosa, só a grande propriedade teria condições de assimilar a modernização, tornando-se beneficiária das oportunidades e estímulos oferecidos pelo Estado. O marco político desta luta é o Estatuto da Terra, promulgado em 1964, já sob o governo militar de Castelo Branco. Trata-se, na verdade, de uma disputa política, cujo fundamento é a associação, não entre a modernização e a escala do empreendimento, mas entre aquela e o tamanho da propriedade (WANDERLEY, 2009, p. 10).

Segundo Candiotti (2009, p. 99) "[...] a união vertical traz desordem às regiões, pois busca seu próprio benefício". Por sua vez, "a coesão horizontal que se dá ao serviço do mercado tende a corroer a coesão horizontal que está a serviço da sociedade".

O autor menciona a existência de "dois tipos de coesão horizontal conflitantes, sendo uma a serviço do mercado, e outra a serviço da sociedade". Ele explica que "quanto menos atuante e coesa for determinada sociedade, mais fácil será para o mercado predominar sobre estas horizontalidades e suprimi-las" (*Ibidem*).

Candiotto (2009, p. 99) explica que “no uso do território, as verticalidades são mais fortes do que as horizontalidades”. Esta “força das verticalidades” deve-se às “normas determinadas por firmas transnacionais e aceitas pelos governos nacionais, e das redes de circulação de informações, mercadorias e pessoas”. Embora o autor indique que estas redes comumente “estão a serviço de uma racionalidade controlada pelos atores hegemônicos do capital”, segundo ele, “é preciso ressaltar a existência de redes contra-racionais, criadas com o objetivo de resistir às determinações da racionalidade hegemônica e fortalecer a participação social no processo de tomada de decisões” (*Ibidem*).

Estas contra-racionalidades são definidas enquanto “formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território e que se mantêm nesse território a despeito da vontade de unificação e homogeneização, característica da racionalidade hegemônica típica das verticalidades” (SANTOS, 2000, p. 110 *apud* CANDIOTTO, 2009, p. 98-99).

Por sua vez, “a difusão global das técnicas e sua incorporação nos lugares” dependeria daquilo que “os atores (globais, locais ou com influência em outras escalas geográficas) pretendem com a propagação de determinada ação”. Estes objetivos, os quais consistem “nas finalidades das diversas ações que acabem afetando os lugares”, são identificados por Milton Santos como “intencionalidades” (CANDIOTTO, 2009, p. 99).

Candiotto (2009, p. 99) explica que “o conceito de intencionalidade traduz a busca ou a projeção de um futuro, pensado por qualquer ator ou grupo social”. Ele retoma as definições de Santos e Silveira (2001) para afirmar que “o presente não é só o resultado do passado, mas também da intencionalidade (que projeta o futuro)” (*op cit.*, 2009, p. 99-100). Ele lembra, por outro lado que existem “intencionalidades que predominam sobre outras”. Ou seja, “o poder diferenciado dos sujeitos influencia na aceitação e na materialização das intencionalidades, pois é comum que as intencionalidades da maioria da população não consigam predominar sobre as intencionalidades dos atores dominantes”. As intencionalidades constituem, portanto, as “finalidades das diversas ações que acabem afetando os lugares” (*IBIDEM*, p. 99).

A partir disso, é possível considerar, em alguma medida, que projetar as possibilidades de reprodução socioeconômica dentro dos territórios constituiria uma intencionalidade. Esta, por sua vez, estaria atrelada aos interesses das pessoas que habitam as localidades em questão e, particularmente, no reconhecimento de que determinados grupos interferem em maior medida nas dinâmicas dos territórios do que outros.

Tomando-se o caso de famílias assentadas, na seção seguinte deste artigo, a partir do estudo de Sulzbacher (2015a), nota-se que na Metade Norte do estado do Rio Grande do Sul, os assentamentos inserem-se com sucesso nas dinâmicas locais. A razão para isso encontra-se no histórico de formação da

região em questão, centrada na pequena propriedade da agricultura familiar e na diversidade produtiva. Na Metade Sul do estado, historicamente marcada pela pecuária extensiva, pelo latifúndio e pela monocultura, os assentamentos encontram dificuldades não somente em se inserirem economicamente junto aos mercados produtivos, como enfrentam certa segregação social.

Uma reflexão sobre as verticalidades e horizontalidades presentes nestes dois territórios distintos sugere a influência do histórico de formação destas regiões sobre as forças das intencionalidades locais: agricultores familiares e diversidade produtiva são mais fortes na Metade Norte, favorecendo a inserção socioeconómica dos assentamentos na produção de itens alimentícios para a região; enquanto o latifúndio e a monocultura constituem intencionalidades hegemônicas na Metade Sul, identificando os assentamentos como ameaça, em termos de disputa de terra, que seria de interesse para a expansão agrícola monocultora.

A influência das raízes históricas e culturais dos territórios sobre a inserção socioeconómica dos assentamentos da reforma agrária

Numa perspectiva sociológica do desenvolvimento territorial, Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2000) utiliza-se dos estudos de Marc-Urbain Proulx (1997) para explicar que "não se pode compreender a situação atual de um território sem se referir a seu passado e não se pode compreender a realidade atual de um país sem se referir ao passado de seus territórios" (WANDERLEY, 2000, p. 117). Nesta ótica,

[...] para os indivíduos e as organizações, **o território se inscreve sob a forma de marcos, tais como os lugares** (rios, montanha, vale, planalto, floresta, mercado tradicional etc.), **os trajetos** (de caça, trabalho, defesa, esporte, lazer etc.), **os símbolos** (lutas, heróis, criações, produção), **as estruturas fundiárias** (obras, construções, pontes, portos, arquitetura etc.), **os equipamentos coletivos** (moinhos, hospitais, escolas, campos de futebol, áreas de jogo, centros comunitários, salas de espetáculos etc.), **que marcavam antes e ainda marcam o cotidiano vivido**. [...] **o território aparece, assim, como o receptáculo da memória coletiva** dos indivíduos, das famílias, dos clãs, das tribos, das organizações e das comunidades (Wanderley, 2000, p. 117, grifo nosso).

A partir desta citação, a última seção deste artigo se propõe a analisar, de modo especial, o estudo *Os Assentamentos de Reforma Agrária: Reconfiguração Territorial e Repovoamento Rural no RS*. Neste trabalho, Sulzbacher (2015a) apresenta um resgate histórico da colonização do estado do Rio Grande do Sul e, em seguida, relaciona o sucesso dos assentamentos da reforma agrária no estado à cultura de cada território.

Convém mencionar que este trabalho de Sulzbacher (2015a) se vincula a um estudo mais amplo, denominado *Política, Território, Poder e a Agroindustrialização em assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul*, no qual Sulzbacher (2015b, p. 176) defende a perspectiva de que “os assentamentos implicam em mudanças não só da paisagem, mas de todas as redes de sociabilidade, [...] das organizações políticas, social e econômica. Indicam para a construção de outros territórios, com novos agentes, regras e, em especial, novas demandas”.

Para Melgarejo (2000, p. 1), os “processos de Reforma Agrária” constituem “deflagradores do crescimento econômico e do estabelecimento de redes organizacionais de cooperação social”. Trata-se de iniciativas associadas “à qualidade de vida, à equidade de oportunidades e à estabilidade político-social observados nos países desenvolvidos”.

Melgarejo (2000, p. 48) menciona o artigo *A objetividade do conhecimento nas ciências sociais: o caso dos assentamentos* (ABRAMOVAY; CARVALHO FILHO, 1994) para defender análises interdisciplinares a respeito dos assentamentos da reforma agrária. “Considerando um leque de atores comprometidos com o sucesso da Reforma Agrária no Brasil”, são necessários “estudos que respeitem e busquem integrar” as diferentes abordagens destes diferentes atores. Logo, diferentes profissionais (sociólogo, antropólogo, economista, cientista político, engenheiro agrônomo) irão apresentar diferentes percepções acerca do que é assentamento.

No que se refere às questões ambientais, Melgarejo (2000, p. 48) aponta a “insuficiência dos argumentos e soluções de natureza técnico-econômica”. Ele partilha do ponto de vista de que “as condições sociopolíticas constituem o eixo definidor dos modelos de Reforma Agrária mais adequados a cada país, ou mesmo a cada região, dentro de cada país”. Neste sentido, “a importância relativa dos diferentes atores, as limitações institucionais, a diferenciação ambiental e as articulações entre estes elementos desenhariam o perfil da Reforma mais adequada para cada situação, em cada momento histórico”.

Sulzbacher (2015a) utilizou como referência a divisão biogeográfica definida pelo Ministério da Integração Nacional¹² (MIN) (BRASIL, 2009), diferenciando o estado em: 1. Metade Norte (Serra ou Colônia), constituída

¹²O Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO) foi criado no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Implantada pelo Ministério da Integração Nacional (MIN), em 2004, a PNDR objetivava promover o desenvolvimento regional valorizando o “potencial endógeno de uma determinada mesorregião” de modo que, a partir de seu desenvolvimento social, esta atingisse reconhecimento nacional (Demarco; Maia, 2015, p. 185). Neste contexto, o PROMESO objetivava a “dinamização das regiões e a melhor distribuição das atividades produtivas no território” (Ibidem, p. 184). Ele foi “inserido no Plano Plurianual (PPA) (2000-2003), instituindo as 13 Mesorregiões Diferenciadas” e, retomado no PAA (2004-2007) (Ribeiro; Stamm, 2022, p. III). Estas mesorregiões consistiam em territórios com características comuns em termos culturais, socioeconômicos, políticos e ambientais, podendo contemplar mais de um estado. Neste contexto, foi criado o conceito de Mesorregião Diferenciada Grande Fronteira do

pelo Bioma Mata Atlântica e forte imigração italiana e alemã, e; Metade Sul (ou região da Campanha), formada pelo Bioma Pampa e constituição social a partir da formação de “povoados luso-brasileiros em uma lógica ocupacional segregadora” (SULZBACHER, 2015a, p. 120).

Sulzbacher retoma o clássico estudo *RS-Latifúndio e Identidade Regional*, de Rogerio Haesbaert da Costa (1988, p. 69 *apud* Sulzbacher, 2015a, p. 117) para explicar a contraposição entre “o ‘pelo duro’ (descendente de luso-brasileiro)” e o “colono (geralmente de ascendência italiana ou alemã)”. Esta diferenciação, manifesta na “manutenção da segregação e das raízes ‘culturais’” seria a raiz da explicação para “o ‘atraso’ dos luso-brasileiros frente aos demais colonizadores europeus” (*Ibidem*).

Neste sentido, estes “dois tipos sociais [...] representam modelos agrários e projetos diferentes”. Como consequência, surgem conflitos e disputas “não somente por terra, mas também pela continuidade de sua existência, principalmente a partir da década de 80, quando alguns colonos começaram a migrar para a metade sul em busca de novas áreas para produção de arroz e soja” (SULZBACHER, 2015a, p. 117).

Este estudo de Sulzbacher (2015a, p. 135) consistiu na análise dos “aspectos do processo de formação histórico-geográfica do Rio Grande do Sul”, relacionando-os às “dificuldades de adaptação das famílias assentadas”, particularmente na Metade Sul.

É importante lembrar que existem diferenças, como é o caso da região das Missões (em que o isolamento e a dificuldade com áreas arenosas comprometem a sobrevivência das famílias) ou mesmo da Região Metropolitana (a qual, por sua vez, apresenta outro conjunto de problemáticas) (SULZBACHER, 2015a, p. 135-136).

No trecho a seguir, Sulzbacher (2015) enfatiza a influência das particularidades locais e regionais sobre as estratégias de inserção econômica e social dos assentados. Neste sentido, são as características dos territórios que determinam as demandas (em termos de necessidades, políticas públicas a serem acessadas) e as possibilidades de reprodução socioeconômica (gêneros que podem ser produzidos, em função do clima, relevo, precipitação; canais de escoamento da produção; público-alvo para consumo dos produtos).

A questão essencial por detrás dessas diferenças regionais – seja no norte, sul, leste ou oeste – é **que a realidade local e regional, aliada à trajetória de vida dos sujeitos políticos que ali passaram a viver, constituirá a base para a reivindicação de demandas específicas, para a criação de**

Mercosul (GFM), que “abrange 396 municípios dos estados do Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS)” (*Ibidem*, p. 110).

estratégias de reprodução social que podem potencializar ou comprometer o desenvolvimento dos assentamentos. Fundamentalmente, essas particularidades regionais, muitas vezes, estão ocultas à percepção do Estado e, frequentemente, passam à margem das discussões políticas do próprio MST (SULZBACHER, 2015a, p. 136, grifo nosso).

É importante destacar que autora reconhece que estas “particularidades regionais” frequentemente são ignoradas pelo poder público ou mesmo pelos movimentos sociais (*IBIDEM*, p. 136). Sulzbacher refere-se, especialmente ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), uma vez que “significativa parte dos assentamentos no Rio Grande do Sul tem relação direta com a [sua] atuação”. Este movimento teria iniciado sua atuação a partir da “ocupação de grandes propriedades na Metade Norte, seguindo em direção ao sul” (*IBIDEM*, p. 128).

Na Metade Sul, “a instalação de assentamentos rurais” teria contribuído, “ainda que de forma tímida, à desconcentração da estrutura fundiária, ao acréscimo da densidade populacional e ao dinamismo econômico [...], já em meados dos anos 90”. Os municípios “situados na Metade Sul” tinham como característica maior número de assentamentos e com maior capacidade, “fatores associados à desapropriação de grandes propriedades” (*IBIDEM*, p. 130). Por outro lado, “a mobilidade populacional, com fluxo principalmente no sentido norte a sul” teve efeitos diretos “no processo de reprodução social das famílias assentadas, em especial na dimensão produtiva” (*IBIDEM*, p. 130).

Sobre este aspecto, a autora cita Gomes (2005, p. 163 *apud* SULZBACHER, 2015a, p. 130), segundo o qual, mesmo após “15 anos de instalação dos primeiros assentamentos” na Metade Sul, “muitos agricultores ainda não encontraram uma proposta ou arranjo produtivo que lhes garanta a tão almejada sustentabilidade”. Uma primeira razão para isso estaria nas dificuldades das famílias assentadas com as “condições edafoclimáticas” do meio, “diferentes daquelas a que estavam habituadas e nas quais muitas delas embasavam seu saber-fazer agrícola” (SULZBACHER, 2015a, p. 131).

Neste tocante, Sulzbacher (2015a) menciona as dificuldades de famílias originárias da Metade Norte do estado, que teriam sido assentadas na Região Metropolitana. Neste caso, as famílias tinham uma tradição cultural baseada em ampla diversidade produtiva e se depararam com uma região fundada no monocultivo de arroz e gado de corte.

Com o tempo, estas famílias teriam se adaptado à região, identificando quais cultivos poderiam ser produzidos para o consumo e para a comercialização. A autora faz menção aos argumentos de Melgarejo (2000, p. 15 *apud* SULZBACHER, 2015a, p. 132), que apontou que “em mais do que 50% dos

assentamentos, a totalidade das famílias não possuía experiência compatível com as exigências do local onde foram assentadas”.

Em muitos casos, as famílias levaram ao menos dez anos para se adaptarem. Isso significa passar por um processo de tentativa de produção das culturas conhecidas e, especialmente, utilizando as práticas agrícolas convencionais, por sucessivas frustrações que desencadeiam a percepção da necessidade de mudança e de dominar novas técnicas. Um caso típico ocorre nos assentamentos com terras baixas, as quais inevitavelmente acabam sendo direcionadas para a produção de arroz, cujo cultivo é desconhecido por grande parte das famílias (SULZBACHER, 2015a, p. 133).

Sulzbacher(2015a)destacaque,em muitos casos, este processo de adaptação gera decepção nas famílias, levando-as a abandonar os assentamentos. Além das dificuldades produtivas, muitos assentados enfrentam o desafio de estarem longe de suas famílias bem como a hostilidade da população local.

Por sua vez, as famílias que conseguiam permanecer nos assentamentos utilizaram como estratégias principais a “união das famílias” e a “definição de pautas de reivindicação para garantir infraestruturas básicas e a liberação dos créditos iniciais”. Estas pautas eram “mediadas pelas lideranças, debatidas no MST e defendidas diante de outras instâncias políticas (como as prefeituras, secretarias regionais do governo estadual, etc.)” (*IBIDEM*, p. 134).

Para Malmann e Bolter (2015, p. 161), “os assentados, quando recebem o lote de terra, assumem neste momento a difícil tarefa de transformar o seu projeto de vida em realidade”. Estes autores analisaram o caso do assentamento Lagoa do Junco, localizado no município de Tapes/RS. Criado em 1995, à época deste estudo, contava com 35 famílias, das quais “algumas que já trabalhavam na fazenda desapropriada e outras oriundas dos acampamentos do MST (localizados em sua grande maioria na Região Noroeste do Estado)” (*IBIDEM*, p. 163).

As famílias que se deslocaram da Região Noroeste para a Região Sul do estado enfrentaram, “no primeiro ano de instalação do assentamento” diversas barreiras, dentre as quais, “a mais imediata foi a necessidade de trabalhar em um solo com características desconhecidas pelos assentados e distintas entre os lotes” (*IBIDEM*, p. 163).

Particularmente, convém mencionar que “as seis famílias que já moravam na área da antiga fazenda deram seguimento à produção, como tradicionalmente realizavam, sem maiores aproximações com o grupo das famílias recém-assentadas na área” (*IBIDEM*, p. 164). Este “relativo ‘distanciamento’ entre os dois grupos” foi explicado por Malmann e Bolter como resultado das “diferentes trajetórias sociais das famílias”.

Por sua vez, dentre as famílias naturais da Região Noroeste, durante “o período de acampamento”, algumas “já discutiam sobre as melhores formas de organização em um assentamento para o alcance de melhores resultados na produção e comercialização”. Estas estratégias eram concebidas a partir das formações oferecidas pelo MST”. Logo, “quando chegaram ao assentamento, 20 famílias optaram por trabalhar coletivamente, e, em 24 de fevereiro de 1998, formaram oficialmente a Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Tapes Ltda – Coopat” (*IBIDEM*, p. 164).

A constituição da Coopat “por agricultores assentados oriundos de várias regiões do Rio Grande do Sul, principalmente do Norte do Estado” consolidou-se enquanto “estratégia de gerar emprego para as famílias associadas a partir da agregação de renda à produção desenvolvida”. À época de seu estudo, Malmann e Bolter (2015, p. 164) destacam dentre as “principais atividades realizadas, no âmbito da cooperativa” aquelas relativas à “produção e agroindustrialização de arroz orgânico, panificação, criação de gado de corte e leite, entre outras atividades de menor expressão na renda das famílias assentadas”.

Neste trabalho, os autores mencionam que, em razão do seu sucesso em termos de adaptação e inserção econômica na região, os assentados do Lagoa do Junco passaram a ter papel importante no auxílio à formação de novos acampamentos do MST. Além disso, tinham participação ativa na “coordenação estadual e nacional do movimento” e também junto à Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (Coceargs). Estas famílias vinculadas à cooperativa atuavam fortemente promovendo o acesso a serviços tais como “crédito, moradia, assistência técnica, escolas, atendimento à saúde” (*IBIDEM*, p. 164).

Malmann e Bolter (2015, p. 164) dão ênfase ao fato de que para estas famílias “não se [tratava] de uma luta individual e sim coletiva, em que cada integrante do movimento [trabalhava] com afinco para que todos [tivessem] terra e condições de viver da terra e na terra”. Em estudo recente, Souza *et al.* (2024) revelam a importância deste assentamento enquanto modelo em termos produção agroecológica e garantia de segurança alimentar não só para outros assentamentos, mas para a sociedade:

A prática agroecológica no assentamento Lagoa do Junco está associada à consciência sócio-político-ambiental. A busca por uma maior qualidade de vida e por uma alternativa ao modelo convencional fez com que essas famílias fossem pioneiras na produção agroecológica cooperativada em sua localidade. Com isso provaram ser possível produzir com base ecológica em grande escala e com responsabilidade social. O cultivo de diferentes variedades de arroz, além de permitir a manutenção das mesmas e beneficiar em termos nutricionais os consumidores, proporciona resultados econômicos para as famílias. A experiência do Assentamento

Lagoa do Junco produziu inúmeros aprendizados que contribuíram e contribuem com a Agroecologia, através da produção e da troca de saberes realizadas através desta prática produtiva em coletividade. Isso tudo tem propiciado uma melhoria no padrão alimentar tanto das famílias assentadas quanto dos consumidores, provando a atualidade da necessidade da reforma agrária e da Agroecologia (SOUZA *et al.*, 2024, p. 5).

Diferentemente do Assentamento Lagoa do Junco, Balem e Silveira (2015) analisaram o caso dos assentamentos do município de Júlio de Castilhos/RS. Embora à época deste estudo, os autores tenham afirmado que as 265 unidades de famílias assentadas representavam “[...] 18,93 % dos estabelecimentos agropecuários” e tenham dinamizado “a economia local com seu potencial de consumo”, os atributos culturais da localidade, fundados nas grandes propriedades de terra e na monocultura exerceram forte influência sobre as dinâmicas dos quatro assentamentos do município (BALEM; SILVEIRA, 2015, p. 189).

Peronio (2018, p. 10) explica que Júlio de Castilhos/RS possui considerável “[...] relevância para a economia gaúcha, em razão da expressiva produção agrícola”. Do mesmo modo que Balem e Silveira (2015), ele aponta que os assentamentos criados nas décadas de 1980 e 1990 teriam contribuído para dinamizar a economia municipal, aumentando consideravelmente “os fluxos de bens e serviços no comércio local”.

Segundo os autores, os assentamentos representavam “um grande peso na produção leiteira do município e na ocupação da força de trabalho”, na medida em que cerca de 76% das famílias produziam leite, “com a produção anual girando em torno de 5,4 milhões de litros” (BALEM; SILVEIRA, 2015, p. 189). Além disso, considerando dados de 2015 do Sistema de Gestão Integrado de Gestão Rural de ATES/ATER (SIGRA)¹³, Peronio (2018, p. 11-12) afirmou que, embora representassem “3,10 % da área agropecuária municipal”, os assentamentos tinham produções que respondiam por “quase 30% de toda a produção municipal”. Tratava-se “das produções de leite, mel e ovos, que consecutivamente representam 27%, 28% e 25% de tudo que é produzido no município”.

¹³SIGRA é “um sistema integrado em que constam os dados de diagnóstico da realidade dos assentamentos de Reforma Agrária no RS”. Este sistema é “alimentado pelos extensionistas rurais que atuam nos assentamentos” (BALEM; SILVEIRA, 2015, p. 189). O SIGRA foi desenvolvido em 2011, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) para o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) (Peronio, 2018). O ATES foi implantado em 2004, “nos assentamentos rurais de todo o país”, por iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (Moura; Ferreira Neto, 2011, p. 555). É coordenado nacionalmente pelo INCRA, por meio da Diretoria de Desenvolvimento de PA’s (Projetos de assentamento) e regionalmente pelas superintendências (OLIVEIRA; FARIAS; OLALDE, 2017).

Embora Balem e Silveira (2015) indiquem que 72% das famílias assentadas produziam soja (eram 2.080,8 hectares cultivados com soja, correspondendo a 39% da área ocupada), segundo Peronio (2018), a quantidade produzida (115.824 sacos) representava 2% da produção municipal.

Por outro lado, embora os Planos de Recuperação dos Assentamentos (PRA), elaborados pela Emater-RS tenham contribuído para “um avanço da produção leiteira nas áreas de soja nos assentamentos”, Balem e Silveira (2015, p. 198) discutiram que “a atividade leiteira” nestes assentamentos era “desenvolvida em sistemas convencionais de produção, com alta demanda de mão de obra e custo de produção”.

Logo, se o leite, por um lado, promovia “a geração de valor agregado por área” e oferecia, em relação à soja, maiores possibilidades de se desenvolver “com vista à sustentabilidade”, Balem e Silveira (2015, p. 198) questionava em que medida “a substituição da monoatividade soja pela monoatividade leite em sistemas convencionais seria uma alternativa”. Isto porque esta substituição tornava os quatro assentamentos dependentes de “apenas duas atividades produtivas, praticamente”.

Outra questão levantada por Balem e Silveira (2015) referia-se ao aumento da renda, por meio da atividade leiteira, favorecer a compra de alimentos em supermercados, em detrimento da produção para autoconsumo. Neste estudo, os autores utilizam a definição de autoconsumo proposta por Grisa e Schneider (2008). Trata-se de “parcela da produção produzida pela família e destinada ao seu consumo”. Difere, portanto, de subsistência, na qual os “agricultores cultivam produtos para o consumo e comercializam o excedente” (BALEM; SILVEIRA, 2015, p. 187).

No escopo da nossa discussão o maior impacto dessas atividades produtivas está relacionado à produção de alimentos. A atividade leiteira, segundo as agricultoras¹⁴ [dos assentamentos] [...], tem garantido uma renda satisfatória às famílias envolvidas, o que influencia na compra de alimentos em supermercados. Elas afirmaram que antes da expansão da atividade leiteira no assentamento a produção era para o autoconsumo, mas agora, como a maioria das famílias tem renda mensal com o leite, adquirem mais alimentos (BALEM; SILVEIRA, 2015, p. 198).

Com efeito, embora Peronio (2018) tenha destacado a participação dos assentamentos na produção de leite e ovos no município, Balem e Silveira (2015, p. 199) identificaram que, no que se refere à produção para autoconsumo, dentre as 265 famílias assentadas, 100 delas não criavam suínos e 85 não

¹⁴O estudo de Balem e Silveira (2015), além da análise dos dados do Sistema Integrado de Gestão Rural da Ates/RS (Sigra), realizou um grupo focal com quatro agricultoras assentadas, as quais faziam parte dos assentamentos desde o período de sua criação, entre as décadas de 1980 e 1990 (PERONIO, 2018).

criavam aves. Isto sugeria a dependência destas famílias “para a compra externa de carnes e ovos”. Além disso, segundo estes autores, em termos de “cultivos importantes e intrínsecos da agricultura familiar, como frutíferas e hortícolas”, não havia pomares em 71 famílias e 107 não possuíam horta.

Neste sentido “a pressão da agricultura moderna” teria transformado “os agricultores em produtores de mercadorias”. Para eles, “os agricultores ao serem meramente produtores de mercadorias têm o ‘ser agricultor’ modificado” (*IBIDEM*, p. 200). Trata-se de que “tanto na agricultura familiar como nos assentamentos de reforma agrária”, muitos agricultores vivenciavam um processo de “Erosão Cultural Alimentar”, definida enquanto a perda de uma “alimentação variada, mais complexa nutricionalmente”, fundada em “hábitos alimentares urbanos” centrada no consumo de alimentos industrializados ultraprocessados (BALEM; SILVEIRA, 2005, p. 4 *apud* BALEM; SILVEIRA, 2015, p. 200).

As agricultoras, em muitos momentos, afirmaram que **um dos maiores responsáveis pelos problemas do assentamento e da erosão da cultura alimentar das famílias é o cultivo de soja e a alta especialização na produção leiteira**. Uma agricultora ressaltou que a única possibilidade de mudar a atual conjuntura de insegurança alimentar dos assentamentos é os agricultores voltarem a produzir alimentos e não soja. As agricultoras afirmaram que enquanto há essa contracultura enraizada entre os agricultores de que comprar alimentos industrializados é o ideal, o meio urbano privilegia os alimentos considerados coloniais. Afirmam que tudo o que produzem e levam até a cidade vendem. [...] Essas questões levantadas por elas, principalmente a demanda de produtos de origem local, vem ao encontro da defesa de Wiskerke (2009) da necessidade de sistemas alternativos conectados, enraizados e entrelaçados culturalmente no local, com fortes relações entre a produção e o consumo¹⁵ (BALEM; SILVEIRA, 2015, p. 204-205, grifo nosso).

Neste caso, a produção para autoconsumo teria importante papel na garantia de segurança alimentar das famílias agricultoras. O abandono desta atividade e comprometimento da renda para aquisição de alimentos, por sua vez, seria considerado um fator negativo nas estratégias destes agricultores, pois colocava as famílias em situação de “dependência da compra de alimentos externos, de menor qualidade e processados industrialmente” (*IBIDEM*, p. 202).

Balem e Silveira (2015, p. 202-203) explicam que este processo impacta

¹⁵Balem e Silveira (2015, p. 204) recorrem às definições de Wiskerke (2009) para defender o ponto de vista segundo o qual “para fazer frente ao modelo agroalimentar moderno” seria “necessário fazer um movimento de relocalização baseado em connecting, embedding e intertwining”. Os autores traduziram estas expressões “conexão, enraizamento e entrelaçamento” (op cit., 2015, p. 204).

negativamente na “reprodução social das famílias, pois grande parte do ingresso monetário das propriedades é gasto com aquisição de alimentos que poderiam ser cultivados”. Neste sentido, “o gasto monetário e a dependência dos agricultores em relação à compra dos alimentos os colocam em uma situação de vulnerabilidade”. Além disso, os autores apontam que este “gasto com alimentos poderia ser investido em outros setores da propriedade ou no bem-estar da família”.

Por outro lado, no que se refere ao reconhecimento dos assentamentos pelo poder público local, Menezes *et al.* (2019), ao analisarem a participação das famílias assentadas na Feira da Produção da Reforma Agrária da Agricultura Familiar (FEPRAF) de Júlio de Castilhos (JC), identificaram que os feirantes recebem apoio do escritório municipal da EMATER/JC-RS-ASCAR, da Prefeitura Municipal e do Instituto Federal Farroupilha (IFFar) - Campus Júlio de Castilhos. Além disso, são contemplados com cursos gratuitos, oferecidos pela EMATER e o SENAR.

A FEPRAF do município de Júlio de Castilhos –RS, localizada na Praça Manuel Alvarenga, frente ao Supermercado Zanon¹⁶, teve início no dia 26 de outubro de 2013. Funciona todas as quartas-feiras na parte da tarde e aos sábados, na parte da manhã. Oferece produtos como: pães, cucas, bolos, hortaliças, frutas, doces, geleias, queijos, peixes fritos e congelados, farinha de milho, canjica de milho, conservas, chá e artesanatos, dentre outros. Os agricultores familiares [...] possuem até quatro módulos fiscais, onde produzem e vivem. Esta particularidade valoriza a venda direta na feira visto ser esta uma alternativa estratégica de mercado para esses agricultores, os quais, via de regra, já estão excluídos das cadeias de *commodities* convencionais e dos sistemas de integração das agroindústrias da região Central do Rio Grande do Sul. Nesse espaço, a maioria das famílias integrantes da feira, são oriundas dos Assentamentos da Reforma Agrária do município, especialmente do Assentamento Alvorada, Ramada e Santa Júlia (MENEZES *et al.*, 2019, p. 125-126).

De todo modo, segundo Balem e Silveira (2015, p. 190), “ao iniciar as atividades produtivas nos lotes”, assentados acabavam “reproduzindo o modelo produtivo do município”. Encontravam-se, portanto, “condicionados pela estrutura disponível (maquinários)” e pelo comércio local, ambos “organizados para atender à atividade predominante (no caso a soja), exercendo uma pressão indireta nas decisões tomadas pelos assentados”.

A região de Júlio de Castilhos no passado era marcada pelos sistemas

¹⁶A menção à localização da feira denota espaço de destaque na cidade. Isto remete à valorização da agricultura familiar pelo poder público local e pela população.

produtivos baseados na grande propriedade, tendo num primeiro momento a hegemonia da criação de gado extensivo e, atualmente, a predominância da agricultura empresarial, principalmente voltada para as lavouras de grãos, destacando-se o monocultivo da soja (MOREIRA, 2008). Sendo assim, verifica-se que em Júlio de Castilhos o direcionamento da estrutura produtiva e a logística de escoamento da produção estão voltados para esta cultura. Observa-se no município uma gama de empresas e uma grande cooperativa, todas especializadas na compra de soja, constatando-se que a assistência técnica particular predominante, a venda de insumos, equipamentos e maquinários, também estão voltados para essa cultura (BALEM; SILVEIRA, 2015, p. 189-190).

Balem e Silveira (2015, p. 190) analisam também o “referencial anterior ao acampamento”. Sobre este aspecto, explicam que “a maioria dos assentados trabalhava com o modelo de agricultura convencional”. Este modelo “[...] apesar de tê-los levado à exclusão”, reaparecia nos assentamentos “como possibilidade de ascensão social”.

Reconhecendo a relevância dos elementos culturais na conformação dos territórios - como apresentado no início desta seção -, Sulzbacher (2015a, p. 134) menciona que para estas famílias, os assentamentos tornam-se “um lugar de encontro de diferentes trajetórias em processo de ressignificação” e de “redefinição dos projetos de vida”.

Além disso, Sulzbacher explica que as demandas e reivindicações dos assentados têm suas particularidades regionais. Ou seja, cada assentamento enfrenta necessidades particulares, tais como estradas e acesso à água. A autora enfatiza as diferenças entre os assentamentos da Metade Sul e da Metade Norte.

Na Metade Sul, “além do enfrentamento com a ideologia latifundiária do pecuarista tradicional, as famílias têm dificuldades de adaptação dadas as restrições agroecológicas para a produção e a pequena extensão dos lotes, o que inviabiliza a produção de gado de corte”. Neste caso, os agricultores assentados têm como opção a “[...] integração à cadeia produtiva do leite, geralmente viabilizada pelas cooperativas vinculadas” ao MST. Ainda na Metade Sul, haveria, à época, “uma frente pioneira, já com dez anos”, vinculada à “produção de sementes agroecológicas nos assentamentos”. Neste estudo, no entanto, o desenvolvimento desta atividade na região caracterizava-se pelo enfrentamento de “inúmeras dificuldades, devido à limitação da escala de produção, da equipe técnica (falta recursos humanos) e de pesquisas para o desenvolvimento técnico e tecnológico do setor” (SULZBACHER, 2015a, p. 135).

Diferentemente da Metade Sul, os assentamentos da Metade Norte eram marcados por uma realidade bastante distinta. Segundo a liderança entrevista pela autora em seu estudo, a região estaria inserida num forte

contexto de desenvolvimento econômico. Diferentes empresas adentravam os assentamentos para recolhimento de leite nos lotes. Os assentamentos da Metade Norte teriam também acesso a diferentes espaços de educação e lazer e, principalmente, “oportunidades para escolher a qual sistema de integração o agricultor assentado pretende se vincular (soja, leite, aves, suínos)” (*Ibidem*).

Sobre este aspecto, Sulzbacher (2015a, p. 135) menciona: “mesmo que isso talvez não seja o ideal no âmbito do projeto político do MST, com certeza faz muita diferença na formulação de pautas reivindicatórias. Aliás, muitas das pautas propostas no âmbito político do Movimento sequer mobilizam as famílias”. Neste tocante, convém lembrar das verticalidades e horizontalidades presentes nos territórios, analisadas na seção anterior. Neste caso, muito possivelmente, as políticas do movimento não levam em consideração as demandas e possibilidades particulares de cada local, as quais entram em maior sintonia com as empresas locais. Estas, por sua vez, veem nos assentamentos frutíferos espaços produtivos de alimentos para a população da região.

Conclusões

Na primeira seção deste artigo, foram apresentadas as características associadas às novas ruralidades. Foi definido o conceito de multifuncionalidade da agricultora (MFA) e foram diferenciados os termos pluriatividades e atividades para-agrícolas. A partir destas definições, ao final desta seção, foi possível apontar os assentamentos rurais não somente como locais de produção agrícola, mas como locais onde as pessoas vivem, conformam seus laços de sociabilidade e podem desempenhar funções associadas à preservação dos espaços naturais e da paisagem.

Na segunda seção, utilizamos as definições do campo da Sociologia Rural, especialmente aquelas de Wanderley (2000) e Cazella, Bonnal e Maluf (2009) para discutir a noção de território. Este seria construído e entendido não apenas por aspectos físicos, mas, sobretudo, sociais. As pessoas, sua cultura, sua história, seriam, portanto, determinantes para a conformação de um determinado território.

Também na segunda seção, os conceitos de verticalidades, horizontalidades e intencionalidades foram definidos. Neste caso, buscou-se compreender o território enquanto um espaço de disputa de interesses (da indústria, do capital hegemônico, do poder público, da sociedade). A força que cada grupo, defendendo determinado interesse, tivesse dentro de um território seria determinante para conformar os rumos do desenvolvimento deste território. Particularmente, foram diferenciadas: a coesão horizontal a serviço do mercado, e; a coesão horizontal a serviço da sociedade.

A partir destas noções, os assentamentos rurais aparecem como locais de disputas de interesses, atravessados por verticalidades, seja no âmbito

da interferência do Estado, de movimentos sociais ou de grupos econômicos agroindustriais. O assentamento é, portanto, não somente espaço produtivo, mas de vida (discutido na primeira seção), e; enquanto território, não somente constituído de elementos físicos, mas é formado pelas relações sociais ali presentes (segunda seção). Além disso, é espaço conformado por horizontalidades (interesses locais) e atravessado por verticalidades (interesses externos).

A partir destes entendimentos sobre os assentamentos rurais, na terceira seção, foi dada ênfase à formação histórica das regiões da Metade Norte e Metade Sul do Rio Grande do Sul. Com base nos estudos analisados, especialmente aquele de Sulzbacher (2015a), discutiu-se a influência dos aspectos culturais e sociais presentes nestas duas regiões relativamente à percepção da população local sobre os assentamentos da reforma agrária. O resultado desta percepção era a maior ou menor inserção socioeconômica dos assentamentos nestas localidades.

Considerando os atributos associados à MFA, as possibilidades de inserção socioeconômica nas comunidades locais (escoamento da produção no município ou região) influenciariam a permanência ou não dos assentados nas terras. Esta permanência, por sua vez, estaria associada ao favorecimento (ou não) da preservação ambiental e da segurança alimentar. Ou seja, o abandono dos assentamentos estaria vinculado a um não cumprimento destas funções associadas à MFA nos territórios.

Percebe-se, portanto, que, se, por um lado, os fatores histórico-culturais de cada uma das regiões teriam influência sobre a percepção, aceitação e inserção dos assentamentos nas dinâmicas locais; por outro, a permanência dos assentamentos e suas contribuições ao desenvolvimento dos territórios (aspectos associados ao favorecimento da MFA) seria determinada pela própria noção de desenvolvimento desses espaços.

Logo, se, numa dada localidade, entende-se que a diversificação da produção e a permanência das pessoas nas localidades são fatores que promovem o desenvolvimento, parece possível inferir que os assentamentos serão bem-vistos/aceitos. Uma vez que se fundam na concepção de que as pessoas ali vivem e produzem. Se, por outro lado, uma determinada região concebe desenvolvimento como aumento da produtividade a partir da monocultura e, portanto, da não presença de pessoas no campo, supõe-se que, dificilmente a proposta dos assentamentos será bem aceita/vista.

Referências

ABRAMOVAY, R.; CARVALHO FILHO, J. J. de. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais: o caso dos assentamentos. *Reforma Agrária*, n. 3, v. 24, p. 36-53, 1994.

AEIDL - European Association for Innovation in Local Development. **Community-Led Local Development and the Leader Approach.** Disponível em: <https://www.aeidl.eu/leader/>. Acesso em: 20 out. 2025.

BALEM, T. A.; SILVEIRA, P. R. C. da. A erosão da cultura alimentar e os desafios para a segurança alimentar. In: GUIMARÃES, Gisela Martins; BALEM, Tatiana Aparecida; SILVEIRA, P. R. C. da; ZIMMERMANN, S. A. (orgs.). **O rural contemporâneo em debate: temas emergentes e novas institucionalidades.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2015. p. 187-210.

BALEM, T. A.; SILVEIRA, P. R. C. da. A erosão cultural alimentar: processo de insegurança alimentar na agricultura familiar. In: Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural, 2005. Porto Alegre. **Anais [...] Porto Alegre:** Associação Latino-Americana de Sociologia Rural, 2005

BENEDETTI, E. L.; DALLABRIDA, V. R. Aspectos da multifuncionalidade no Planalto Norte Catarinense: adubação orgânica no incremento da produção de erva-mate. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, v. 6, n. 2, p. 147-169, 2016.

BOTTAZZI, G. On est toujours le "local" de quelque "global": Pour une (re) définition de l'espace local. **Espaces et sociétés**, v. 80, n. 1, p. 69-92, 1995.

BRAGA, R. M. O espaço geográfico: um esforço de definição. **GEOUSP Espaço e Tempo**, n. 22, p. 65-72, 2007.

BRASIL. **Lei N° 12.188, de 11 de janeiro de 2010.** Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Promeso:** Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais. Brasília: MIN, 2009.

CAMPANHOLA, C. (Org.); GRAZIANO DA SILVA, José. (Org.). **O novo rural brasileiro: rendas das famílias rurais.** 1. ed. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2004. v. 5. 495p.

CAMPANHOLA, C. (Org.); GRAZIANO DA SILVA, José. (Org.). **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional.** 1a.. ed. Jaguariúna - SP: Embrapa Meio Ambiente, 2000(a). v. 1. 190 p.

CAMPANHOLA, C. (Org.); GRAZIANO DA SILVA, José. (Org.). **O novo rural brasileiro: uma análise estadual – Sul, Sudeste e Centro-Oeste.** 1a. ed. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2000(b). v. 3. 218 p.

CANDIOTTO, L. Z. P. A materialização do Circuito Italiano de Turismo Rural (CITUR), Colombo-PR: verticalidades, horizontalidades e intencionalidades. **Investigaciones geográficas**, n. 69, p. 96-112, 2009.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar.** Rio de Janeiro: Mauad, 2003. 230p.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura familiar. In.: BOTELHO FILHO, F. B. (org.). **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial – Contribuições ao Debate**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. v. 5, n. 17, p. 43-58, 2005. 168p.

CAZELLA, A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. Olhares disciplinares sobre território e desenvolvimento territorial. In: CAZELLA, A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (org.). **Agricultura Familiar: Multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Manuad X, 2009, p. 25- 45.

CIRAD - CENTRE DE COOPERATION INTERNATIONALE EN RECHERCHE AGRONOMIQUE POUR DE DEVELOPPEMENT. **Family Agriculture and Globalization Research Programme**, Montpellier, France, CIRAD Tera. 2002. 3p.

COLASANTE, T. A identidade territorial dos migrantes gaúchos no Paraná. In: Encuentro de Geógrafos de América Latina "Por uma America Latina unida y sustentable", 15, 2015, Cuba. **Anais Eletrônicos...** Cuba: Observatorio Geográfico de América Latina. 2015. 13p.

COURLET C.; PECQUEUR B.; SOULAGE, B. Industries et dynamiques de territories. Paris. **Revue d'économie industrielle**, v. 64, n. 1, p. 7-21, 1993.

DEMARCO, S. M.; MAIA, C. M. O programa de promoção da sustentabilidade de espaços sub-regionais: um estudo de caso sobre a mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 12, n. 1, p. 183-191, 2015.

DIESEL, V.; DIAS, M. M.; NEUMANN, P. S. A customização da Extensão Rural e suas implicações para o ensino. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 7, p. e14800-e14800, 2022.

GEORGE, P. **Sociologia e Geografia**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1969. 202p.

GOMES, J. C. C. Pesquisa agropecuária e reforma agrária: contribuição para a análise da qualidade dos assentamentos. In: FRANÇA, Caio G. de; SPAVOREK, Gerd. **Assentamentos em debate**. Brasília: Nead, 2005. p. 155-167.

GONCALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil**: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 2007. 248p.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. "Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, n. 2, p. 481-515, 2008.

GUIMARÃES, G. M.; OSORIO FILHO, B. D.; TEIXEIRA, A. M. Formação Profissional para o Rural Contemporâneo: Reflexões Acerca das Experiências da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS. In: GUIMARÃES, G. M.; BALEM, T. A.; SILVEIRA, P. R. C. da; ZIMMERMANN, S. A. (orgs.). **O rural contemporâneo em debate**: temas emergentes e novas institucionalidades. Ijuí: Ed. Unijuí, 2015. p. 157-170.

Trivellato & Moruzzi

GUIMARÃES, G. M.; REDIN, E.; SILVEIRA, P. R. C. da; BRANDÃO, J. B. De Sujeitos Ocultos (*Off-Line*) a Sujeitos Visíveis (*On-Line*): o Protagonismo da Juventude Rural a partir de Novas Sociabilidades no Rural Contemporâneo. In: GUIMARÃES, G. M.; BALEM, T. A.; SILVEIRA, P. R. C. da; ZIMMERMANN, S. A. (orgs.). **O rural contemporâneo em debate: temas emergentes e novas institucionalidades**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2015. p. 139-156.

HAESBAERT DA COSTA, Rogério. **RS-latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. 104p.

HAVERROTH C.; WIZNEWSKY J. G. **A transição agroecológica na agricultura familiar**. Curitiba: Appris Editora; 2016. 226p.

HESPANHOL, R. Ap. de M. Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo. **Mercator-Revista de Geografia da UFC**, v. 12, n. 2, p. 103-112, 2013.

JOLLIVET, M. Évolution de la société rurale; conséquences pour l'aménagement du territoire. **B.T.I.**, n. 421-422, p. 325-332, 1987.

KAYSER, B. Agriculture et ruralité. **Études rurales**, n. 135-136, p. 175-183, 1994.

LACERDA, T. F. N. de; MORUZZI MARQUES, P. E. Agricultura orgânica, representação territorial e reprodução social da agricultura familiar: dos agricultores ecologistas da encosta da Serra Geral em Santa Catarina. **Ruris**, v. 2, n. 2, p. 137-158, 2008.

LAURENT, C. **Activité agricole, Multifonctionnalité, Pluriactivité**. Rapport rédigé pour le Ministère de l'Agriculture et de la Pêche sur les Contrats Territoriaux d'Exploitation (CTE) Mimeo, Paris : Ministère de l'Agriculture. 1999. 26p.

LOPES, J. G. As especificidades de análise do espaço, lugar, paisagem e território na geográfica. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 16, n. 2, p. 23-30, 2012.

MALMANN, J.; BOLTER, J. A. G. As Famílias Assentadas da Reforma Agrária: Projetos em Construção. In: GUIMARÃES, G. M.; BALEM, T. A.; SILVEIRA, P. R. C. da; ZIMMERMANN, S. A. (orgs.). **O rural contemporâneo em debate: temas emergentes e novas institucionalidades**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2015. p. 315-340.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antonio A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 176-185.

MELGAREJO, L. **Desempenho, eficiência multidimensional e previsão de possibilidade de sucesso em assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul**. 2000. 482 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Catarina. 2000.

MENEZES, B. G.; SOARES, R. O.; TIBÉRIO, M. L.; TAVARES, P. V. Análise da FEPRAF - A Feira da Produção da Reforma Agrária da Agricultura Familiar de Júlio de Castilhos/RS. **Revista GeoNordeste**, n. 2, p. 119-135, 2019.

MESQUITA, L. A. P. de; MENDES, E. de P. P. Agricultura familiar, trabalho e estratégias: a participação feminina na reprodução socioeconômica e cultural. **Espaço em revista**, v. 14, n. 1, p. 14-23, 2012.

MOREIRA, V. S. **Territorialidades rurais em Júlio de Castilhos – RS**: da pecuária extensiva à agricultura familiar. 2008. 132p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Santa Maria, RS: Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Universidade Federal de Santa Maria. 2008.

MOTA, R. F. S. **Chacreamentos e condomínios rurais em Montes Claros-MG**: uma análise do continuum rural-urbano. 115p. 2024. Dissertação (Mestrado em Geografia). Montes Claros: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Montes Claros. 2024.

MOURA, R. A. de; FERREIRA NETO, J. A. O programa de ATES e sua efetividade como política pública. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 1, n. 2, p. 553-574, 2011.

OLIVEIRA, A. S. de; FARIAS, R. G.; OLALDE, A. R. Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental–ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiricá–BA. **Revista NERA**, v. 20, n. 35, p. 218-229.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. I.], v. 24, n. 1 e 2, p. 10–22, 2006.

PELLEGRINO, P. Introduction: Styles de vie et modes d'habiter. **Espaces et sociétés**, n. 73, p. 9-12, 1994.

PERONIO, R. de M. **Rompendo preconceitos**: a realidade dos assentamentos no Município de Julio de Castilhos-RS. 2018. 17p. Monografia (Especialização) – Curso de Pós-Graduação em Gestão e Inovação do Agronegócio, Universidade Federal do Pampa, Dom Pedrito, RS. 2018.

PERROUX, F. Economic space: theory and applications. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 64, n, 1, p. 89-104, 1950.

PISANI, E. **Pour une agriculture marchande et ménagère**. Paris: l'Aube, 1994, 191 p.

PLANSAN - **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. 2016-2019. Brasília, DF: MDSA, CAISAN, 2017. 73p.

PROULX, Marc-Urbain. **Le rôle des territoires dans la régulation de l'économie-monde**. Québec: Association des Aménagistes du Québec, 1997. 364p.

RAIMUNDO, S. L.; FRANCA, G. C. Espaço Banal, Vida Comum: Práxis e Cultura nas Periferias Urbanas. **Revista Tamoios**, v. 19, n. 2, p. 82-99, 2023.

RIBEIRO, L. A.; STAMM, C. Mesorregião Diferenciada Grande Fronteira do Mercosul: um aporte para a literatura. **Geosul**, v. 37, n. 82, p. 109-125, 2022.

Trivellato & Moruzzi

ROUX, B.; FOURNEL, E. Multifuncionalidade e emprego nos estabelecimentos rurais franceses: um estudo nas zonas montanhosas de LanguedocRoussillon. In: CARNEIRO, M.J.; MALUF, R.S. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, p. 169-199, 2003.

SABOURIN, E. Implicações teóricas e epistemológicas do reconhecimento da noção de multifuncionalidade da agricultura para as ciências sociais. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 29., 2005, Caxambu, MG, Brasil. **Anais Eletrônicos...** Caxambu: ANPOCS. 2005. 26p. Disponível em: <https://agritrop.cirad.fr/530224/1/document_530224.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2024.

SANTOS, M. [1994]. O Retorno do Território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território, Globalização e Fragmentação**. 5. ed. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 2002. p. 15-20.

SANTOS, M. [1996]. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4º ed. São Paulo: Edusp, 2006. 259p.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: Fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec. 1988. 28p.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978. 288p.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000. 176 p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001. 471p.

SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. da. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo Uerj**, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2008.

SILVA, A. C. da. Teoria Social e Geografia Humana. In: SPOSITO, Eliseu Savério; CLAUDINO, G. dos S. (orgs.). **Teorias na Geografia III: Mundos Possíveis**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2023. p. 75-106.

SOUZA, K. M. de; COSTA, J. de A.; BETTO, J.; NEUMANN, P. S.; ZARNOTT, A. V. A experiência dos assentados de Tapes-RS: arroz agroecológico e a atuação da COOPAT rumo à soberania alimentar. **Cadernos de Agroecologia**, Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Rio de Janeiro, RJ, v. 19, n. 1, 2024. 7p.

SULZBACHER, A. W. Os Assentamentos de Reforma Agrária: Reconfiguração Territorial e Repovoamento Rural no RS. In: GUIMARÃES, G. M.; BALEM, T. A.; SILVEIRA, P. R. C. da; ZIMMERMANN, S. A. (orgs.). **O rural contemporâneo em debate: temas emergentes e novas institucionalidades**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2015a. p. 113-138.

SULZBACHER, A. W. **Política, Território, Poder e a Agroindustrialização em assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul**. 2015. 240p. Tese (Doutorado

em Geografia). Presidente Prudente: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. 2015b.

TRIVELLATO, G. M. L. **Marcas da multifuncionalidade da agricultura familiar e da ruralidade contemporânea nos municípios brasileiros: estaria o rural subdimensionado?** 2025. 262p. Tese (Doutorado em Ciências). Piracicaba: Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada ESALQ-CENA, Universidade de São Paulo. 2025.

WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 15, p. 87-145, 2000.

WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como um espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 336p.

WISKERKE, J. S. C. On places lost and places regained: reflections on the alternative food geography and sustainable regional development. **International Planning Studies**, v. 14, n. 4, p. 369-387, 2009.